



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

ATA - PRES/DG/ASPLAN - DG

DATA: 10.05.2019	ATA REUNIÃO COGETIC 13ª RAE - REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA	Início: 09h:00 Fim: 12h:00 Início: 14h:30 Fim: 16h:30
-----------------------------------	---	--

MEMBROS COGETIC

José Machado dos Santos	Diretor-Geral e Coordenador do COGETIC
Cristiane Regina Boechat Tose	Secretária de Gestão de Pessoas - SGP
Teodomiro Ferreira Amorim	Secretário de Administração e Orçamento - SADOR
Regina Bezerra Reis	Secretária Judiciária e de Gestão da Informação - SJI
Jader Batista Gonçalves	Secretário de Tecnologia da Informação - STI
Ana Cecília Machado Catapan	Assessora Especial da Presidência
Josué Batista de Oliveira	Coordenador Corregedoria – CRE – Substituto.
Jacinta Brito Tavares	Coordenadora de Controle Interno e Auditoria - CCIA
Silvia Helena Dias dos Santos	Assessora de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ
José Atilio Beber	Assessor de Planejamento e Gestão da Diretoria-Geral - ASPLAN/DG

EQUIPE DE APOIO

Renata de Sena Vieira	Assessoria de Planejamento e Gestão da DG
Rosângela Pereira Lima	Ouvidoria Regional Eleitoral
Evaldo de Menezes Tacho Júnior	Estatístico Núcleo de Gestão Estratégica e Estatística - NUEGE

Teresa Cristina da Silva de Oliveira	Ouvidoria Regional Eleitoral
Wagna Cristiane Ribeiro dos Santos	Assessoria de Planejamento e Gestão da SJI - ASPLAN/SJI e Núcleo de Gestão Socioambiental
Juliana Avelar L. de Oliveira	Assessoria de Planejamento e Gestão da SGP - ASPLAN/SGP
Julhierme Markus Emilio Peres da Cunha	Assessoria de Planejamento e Gestão da SADOR - ASPLAN/SADOR
Eva Bandeira Barros	Assessora de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial - ASCOM
Maurílio Luiz Hoffmann da Silva	Assessoria de Comunicação Social, Corporativa e Cerimonial - ASCOM
Flávio José Henrique de Araujo	Coordenadoria de Pessoal - COPES
Marcio Dias Santiago	Coordenador COMAP/SADOR
Valdirene Borges dos Santos	Assessoria de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ

OBJETIVOS

A Reunião teve por objetivo:

1. Pendências Última RAE
2. Política de Segurança da Informação
3. Desmembramento do Plano Tático de TIC do Plano Tático Institucional
4. Planejamento Estratégico – resultado objetivos estratégicos e indicadores 2018
5. Revisão do Planejamento Estratégico
6. Programa de Gestão e outros projetos
7. Demandas do Comitê de Priorização do 1º grau
8. Metas do CNJ
9. Selo Justiça em Números
10. Planejamento das Eleições 2020 (tema acessibilidade e calendário de reuniões)
11. Alteração Plano de Contratações

ABERTURA DA REUNIÃO

O Diretor-Geral, Dr. José Machado, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, com satisfação, agradecia o empenho, lealdade, comprometimento e dedicação de todos na gestão que estava findando.

Disse que a gestão foi pautada nas diretrizes do Desembargador Presidente Marco Anthony, que tem como norte trabalhar com base em um planejamento estratégico bem estruturado. As principais diretrizes da gestão

foram: 1. Transparência, 2. Inovação, 3. Racionalidade nos gastos públicos, e 4. Investimento em Capacitação (educação corporativa, novas tecnologias, processos de trabalho).

Disse da importância em se cumprir o planejamento estratégico. Temos que sair do casulo e pular para fora do Tribunal. Ter sempre presente as seguintes perguntas: Qual a percepção dos Stakeholders para conosco? O que pensa o cidadão? O que pensa os candidatos? O que pensa os advogados? O que pensa os partidos políticos? O que pensa a mídia? O que pensa a sociedade?

Lembrou que o nosso objetivo maior é cumprir a Missão Institucional de “**Garantir a Legitimidade do Processo Eleitoral**” e ter sempre em mente a Visão de “**Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade**”.

A Justiça Eleitoral do Tocantins possui excelentes condições de trabalho. Nós, servidores precisamos e devemos apresentar resultados. Esse é o pensamento e diretriz do Presidente, Desembargador Marco Villas Boas.

Falou da inclusão sócio política dos povos indígenas, da inclusão da mulher e da educação da sociedade e dos jovens.

Os partidos políticos buscam filiados e pessoas afinadas com suas ideologias, não estão focados em educação política da sociedade. Por isso, a necessidade da Justiça Eleitoral atuar na área de **educação política da sociedade**.

O gasto da Justiça Eleitoral é bastante expressivo, por isso é necessário a busca constante por eficiência (fazer mais com menos).

A **percepção** da Justiça Eleitoral por parte do **cidadão** é frágil. Temos que melhorar isso. Temos que nos fazer mais presente junto ao cidadão. Não podemos esperar o eleitor nos cartórios eleitorais. Devemos ir ao eleitor. Prestar-lhes serviços. O projeto de atendimento itinerante é de grande importância, pois o eleitor é nossa razão de ser.

Falou da importância dos dados do relatório de transição estarem prontos dia 15.05.2019, para que possamos passar à nova gestão até o dia 17.05.2019.

Com estas palavras, deu início à pauta da reunião.

Registra-se que foi justificada a ausência do representante do Comitê de Priorização do 1º Grau, Dr. Luís Otávio de Queiróz Fraz, que informou, com antecedência, que estava com problemas de saúde.

Com essas considerações, passou a palavra a Assessor de Planejamento e Gestão, que solicitou à servidora Renata de Sena, para dar seguimento à agenda da reunião.

Objetivo 1 – Análise das pendências da 12ª RAE

A Assessora de Planejamento e Gestão da Diretoria-Geral, Renata de Sena, apresentou todas as decisões das RAE's anteriores que estavam na situação “pendente”. Seguem as informações apresentadas e/ou a determinação do COGETIC para a ação.

RAE Originária	Assunto	Decisão RAE's Anteriores	Unidade Resp.	Situação Atual
28.11.2017	Ind. 3.2 Acessibilidade às pessoas com deficiência nos locais de votação	9ª RAE 28.11.2017 Mantem-se sobrestado. a) A <u>Comissão de Acessibilidade</u> para definir o padrão mínimo de acessibilidade dos locais de votação. b) A <u>COSEL</u> para criar um plano de ação para analisar a situação atual dos locais de votação quanto à acessibilidade. Após levantamento da situação atual, sugerir novas metas para o indicador.	Comissão de Acessibilidade e COSEL	Decisão RAE: A STI, juntamente com a Comissão de Mapeamento do Processo de Vistoria aos Locais de Votação, deve iniciar em Miracema, como Projeto Piloto, as pré-vistorias nos locais de votação. Após definirem a

		<p>10ª RAE 27.4.2018</p> <p>a) Comissão Acessibilidade: O Padrão mínimo foi definido. Documento disponibilizado e aprovado conforme SEI 0012319-21.2017.6.27.8060 (eventos 0739636 e 0739605).</p> <p>Concluído.</p> <p>b) COSEL</p> <p>- Vistoria em andamento.</p> <p>SEI 0005345-17.2018.6.27.8000 Ofício Circular 121/2018 DG. Prazo até 27.04.2018 para realizar a vistoria. Autorizado dilação do prazo até 30.04.2018.</p> <p>- Deverá apresentar a situação atual da acessibilidade dos locais de votação e sugerir metas para o indicador 3.2 até a próxima RAE.</p> <p>11ª RAE 24.8.2018</p> <p>Comissão de Acessibilidade</p> <p>Encaminhar à comissão de acessibilidade para definir os novos critérios de acessibilidade dos locais de votação, pois o padrão mínimo de acessibilidade não havia sido definido, conforme informado pela COSEL no evento 0932029.</p> <p>COSEL</p> <p>Utilizar para medição os critérios que estão em vigor, até que se defina os novos critérios (SEI 0005345-17.2018.6.27.8000).</p> <p>12ª RAE de 6.12.2018</p> <p>COSEL fazer o levantamento das seções acessíveis com base nas vistorias dos locais de votação feitas para as Eleições 2018.</p>		<p>forma e o padrão de como fazer, deve ser replicada aos chefes de cartório para ser feito em todo o estado.</p> <p>Deverá também atentar para os requisitos definidos pela CPAI - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (SEI 0012271-62.2017.6.27.8060 e 0024301-32.2017.6.27.8060).</p>
24.8.2018	Governança Pública	<p>11ª RAE – 24.8.2018</p> <p>Estudar a possibilidade de trazer uma proposta de matriz de indicador que meça o índice de governança pública, para 2019, podendo ser geral ou de uma área específica, alinhado ao TCU</p> <p>12ª RAE de 6.12.2018</p> <p>ASPLAN-DG apresentou uma minuta da matriz do indicador “Governança do TRE-TO – iGovPub”, mas solicitou</p>	ASPLAN-DG ASPEQ	<p>Decisão RAE:</p> <p>Permanece o indicador iGovPub.</p> <p>Como nesta reunião foi aprovado a revisão dos indicadores, deve-se, para a próxima reunião, apresentar a matriz dos novos indicadores e fazer</p>

		prazo até a próxima RAE para estudo mais profundo. Decisão COGETIC: APROVADO		a revisão dos que ficaram no PETRE.
24.8.2018	Plano de Continuidade de negócio	11ª RAE – 24.8.2018 A ASPLAN e a ASPEQ deverão promover estudo sobre a implantação de continuidade de negócio nos processos do escopo da qualidade 12ª RAE de 6.12.2018 Decisão Reunião COGETIC – ACAD 5.12.2018 (SEI n. 0022678-79.2018.6.27.8000 – evento 1013986). Quanto à pendência relativa à inclusão do Processo Gerir a Continuidade do Negócio no escopo da Qualidade, a ser inserido como subprocesso do processo Gerir a Estratégia, decide a Alta Direção que o comitê de riscos deverá propor alteração na resolução que trata de riscos, acrescentando as diretrizes para o plano de continuidade de negócios até março de 2019.	ASPLAN-DG ASPEQ	Decisão RAE: ASPLAN-DG e ASPEQ pediram mais prazo para realizar essa atividade. Prazo concedido.

Objetivo 2 – Aprovar a Política de Segurança da Informação

O Secretário de Tecnologia da informação, utilizando a exposição constante do anexo II (evento 1095924), apresentou a minuta de Resolução constante do evento 1089682. Após a apresentação, o COGETIC **aprovou** a minuta e autorizou a STI a promover alguns ajustes necessários, tais como, na parte conceitual, melhorar a ordem, bem como algumas correções na ortografia e pontuação.

Objetivo 3 - Desmembramento do Plano Tático de TIC do Plano Tático Institucional

A ASPLAN-DG informou que existe uma demanda do CNJ no SEI 0005662-78.2019.6.27.8000 que solicita o envio ao mesmo do Planejamento Estratégico de TIC do TRE-TO, assim como do Plano Diretor de TIC e do Plano de Contratações de TIC.

Explicou que atualmente o Plano Diretor de TIC é denominado na instituição de Plano Tático de TIC e que foi juntado e padronizado ao Plano Tático Institucional.

Como o plano tático da SGP no TRE-TO é denominado Plano Diretor de Gestão de Pessoas e como o CNJ utiliza essa nomenclatura, sugeriu-se padronizar que o nome dos planos táticos das unidades sejam denominados Plano Diretor. Para tanto sugeriu-se desmembrar o Plano Tático de TIC do Institucional e alterar seu nome para Plano Diretor de TIC. Sugestão **APROVADA** pelo COGETIC.

Sugeriu-se também o desmembramento do Planejamento Estratégico de TIC do Institucional sem alteração de conteúdo. Sugestão **APROVADA** pelo COGETIC.

Objetivo 4 - Planejamento Estratégico – resultado objetivos estratégicos e indicadores 2018

4.1 Planejamento Estratégico do TRE-TO - PETRE

4.1.1 Resultado dos Objetivos Estratégicos

Os resultados dos objetivos estratégicos são calculados com base no percentual de cumprimento das metas estabelecidas nos indicadores estratégicos.

Segue o resultado obtido em 2018 nos 36 indicadores/metras medidas:

Perspectiva / Objetivo Estratégico	Resultado
Sociedade (6)	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantia dos direitos de cidadania (6) 	97,41%
Processos Internos (14)	
<ul style="list-style-type: none"> • Combate à corrupção e à improbidade administrativa (1) 	100,00%
<ul style="list-style-type: none"> • Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (9) 	70,00%
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da segurança e da Transparência do processo eleitoral (3) 	96,00%
Recursos (16)	
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento da gestão de pessoas (5) 	96,40%
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento da gestão orçamentária (7) 	96,70%
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Governança (3) 	100,00%
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (1) 	100,00%
TRE-TO	89,40%

O resultado consolidado dos indicadores encontra-se na planilha constante do ANEXO IV (evento 1095926)

4.1.2 Indicadores Estratégicos

Atualmente, o Planejamento Estratégico possui 35 indicadores que se desdobram em 39. Desses 39 indicadores, 3 não foram contabilizados por estarem sobrestados. Logo, foram medidos e analisados 36 indicadores que, RESUMIDAMENTE, apresentaram o seguinte resultado:

% de Cumprimento das Metas	Nº de indicadores	% de indicadores
100% Cumprido	20	55,56%
80% à 99,99%	12	33,33%
ABAIXO DE 79,9%	4	11,11%
Sem medição	0	0

Total:	36	100,00%
--------	----	---------

A meta do indicador 27 – Execução da Estratégia - é alcançar o percentual de 65% de cumprimento das metas do PETRE. Foi atingido 55,88%. O histórico desse indicador com metas e resultados alcançados está na apresentação da ASPLAN-DG – ANEXO I (evento 1095923)

Os indicadores PETRE que não atingiram a meta foram apresentados para pelo estatístico do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE), Evaldo de Menezes, para análise, conforme se vê na apresentação dos resultados constante no ANEXO III dessa ata (evento 1095925) conforme segue:

Objetivo Estratégico	Indicador	Resultado	Meta
Garantia dos direitos da cidadania	Acessibilidade às pessoas com deficiência nos prédios da Justiça Eleitoral.	54,14%	60%
	Responsabilidade Ambiental.	79,5%	82%
Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional	Taxa de Congestionamento (1º Grau).	43%	29%
	Taxa de congestionamento (2º grau).	36%	30%
	Índice de julgamento de ações que possam importar em restrições à Diplomação (negação e cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo (1º grau).	16,67%	100%
	Índice de julgamento de ações que possam importar em restrições à Diplomação (negação e cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo (2º grau).	13,33%	100%
	Índice de julgamento dos Recursos em ações que possam importar em restrições à diplomação (negação ou cassação) ou decretação de perda de mandato eletivo.	25%	100%
	Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria.	3,58 dias	3 dias
Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Reconhecimento biométrico das Eleições.	87,57%	92%
	Índice de cumprimento das metas do Sistema de Gestão da Qualidade.	86,66%	90%
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Satisfação do Clima Organizacional.	84,94%	87,5%
	Índice de prevenção da saúde.	71,43%	88%
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Índice de execução do orçamento estratégico.	93%	95%
	Índice de execução do orçamento de	92,9%	95%

	Eleições.		
	Aderência da execução ao planejamento orçamentário.	57%	70%
Fortalecimento da governança	Execução da estratégia.	56%	65%

4.2 Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ

Os indicadores do Sistema de gestão da Qualidade que não atingiram a meta também foram apresentados pelo estatístico do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE), Evaldo de Menezes, para análise do COGETIC, conforme se vê na apresentação dos resultados constantes no ANEXO III dessa ata (evento 1095925) e a seguir descrito:

Processo	Indicador	Resultado	Meta
Cadastro de Eleitores	Índice de operações corretas no RAE.	99,99%	100%
Votação	Número de seções eleitorais que iniciaram os trabalhos com atraso (até 1 hora). (média)	82 seções	50 seções
Comunicação	Nível de informação no momento do Voto.	75,01%	90%
	Índice de confiança na Justiça Eleitoral do Tocantins (Pesquisa da Eleição).	66,4%	92%
Gestão de Pessoas	Índice de Servidores capacitados para as Eleições (Secretaria).	95%	100%
Gestão de Urnas	Índice de urnas eletrônicas funcionais para as eleições.	97,35%	98%
Planejamento para Eleições	Índice de satisfação do Eleitor (Pesquisa dia Eleição).	86,84%	92%
Auditoria do funcionamento das Urnas Eletrônicas (Votação Paralela)	Tempo para identificação das divergências ocorridas.	67 min.	60 min.

4.3 Planejamento Estratégico de TIC

4.3.1 Objetivos estratégicos

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2015-2020 (PETIC) possui 6 objetivos estratégicos. Para se medir o alcance dos mesmos, foi utilizado como método de cálculo a média do percentual de cumprimento das metas dos indicadores submetidos ao respectivo objetivo.

Existem 10 Indicadores/metras. No entanto um (1) não foi medido pois somente é medido em anos não eleitorais. Assim, segue o resultado atual de 9 indicadores/metras medidas em 2018:

Perspectiva / Objetivo Estratégico	Resultado
Orientação do Usuário (2)	
• Primar pela satisfação do cliente de TIC (1)	100,00%
• Prover serviços ao cidadão , por meio de E-GOV (1)	100,00%
Excelência Operacional (2)	
• Aprimorar a gestão por meio da governança de TIC (1)	100,00%
• Viabilizar soluções corporativas informatizadas (1)	100,00%
Contribuição Corporativa (3)	
• Promover a modernização e padronização tecnológica (2)	98,80%
• Garantir os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio (1)	100,00%
Orientação Futura (2)	
• Promover iniciativas para inovação dos negócios (2)	100,00%
TRE-TO	99,70%

O detalhamento desses resultados se vê na apresentação dos resultados constante no ANEXO IV dessa ata (evento 1095926).

4.3.2 Indicadores Estratégicos do PETIC

Atualmente, o Planejamento Estratégico de TIC possui 10 indicadores dos quais 1 não foi contabilizado nessa RAE pois somente é medido em anos não eleitorais. Logo, foram medidos e analisados 9 indicadores que, RESUMIDAMENTE, apresentaram o seguinte resultado:

% de Cumprimento das Metas	Nº de indicadores	% de indicadores
100% Cumprido	8	88,89%
80% à 99,99%	1	11,11%
ABAIXO DE 79,9%	0	0
Sem medição	0	0
Total:	9	100,00%

A meta do indicador 30 – Cumprimento das metas do PETIC - é alcançar o percentual de 75% de cumprimento das metas. Atingiu 88,89% (dos 9 indicadores, 8 foram cumpridos em 100%). O histórico desse indicador com metas e resultados alcançados está na apresentação da ASPLAN-DG – ANEXO I (evento 1095923)

Objetivo 5 - Revisão do Planejamento Estratégico

5.1 – Revisão da análise SWOT

Terminada a análise dos resultados indicadores estratégicos para 2018, iniciou-se a revisão do Planejamento Estratégico.

Inicialmente fez-se a revisão da matriz SWOT. A análise realizada encontra-se no ANEXO I (evento 1095923).

Após debates e sugestões, **APROVOU-SE** a seguinte matriz:

Ambiente Interno

Pontos Fortes

- Efetividade dos serviços prestados à sociedade
- Nível de satisfação da sociedade em relação aos serviços da JE-TO
- Comprometimento dos magistrados, servidores, membros do Ministério Público e colaboradores
- Disponibilidade de recursos (materiais, financeiros, humanos e tecnologia da informação)
- Qualificação dos servidores
- Integração do Plano Anual de Capacitação com as necessidades das unidades
- Gestão do Processo Eleitoral com certificação ISO 9001.

Pontos Fracos

- Comunicação interna
- Inexistência do Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau
- Necessidade de requisição de servidores junto a outros órgãos
- Obrigatoriedade da presença física do eleitor no cartório eleitoral para movimentação ou atualização do título eleitoral, assim como para a regularização da sua situação em caso de pagamento de multa eleitoral.

Ambiente Externo

Oportunidades

- Conscientização política da sociedade
- Firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas
- Realização de eleições não-oficiais
- Comunicação da segurança do processo eleitoral
- Compartilhamento de informações constantes do cadastro eleitoral com outras instituições
- Otimização dos gastos públicos.

Ameaças

- Legislação eleitoral defasada

- Dotação orçamentária com tendências restritivas
- Fake News relacionadas à segurança do processo eleitoral

5.2 – Revisão dos indicadores estratégicos

Após a realização da análise SWOT, iniciou-se a revisão dos indicadores estratégicos. Dos 35 indicadores e 38 metas existentes, após a revisão foram aprovados 21 indicadores com 25 metas (4 indicadores judiciais se desdobram em 1º e 2º Grau). A análise realizada encontra-se no ANEXO I (evento 1095923).

Assim, listamos a seguir os indicadores **APROVADOS** por objetivo estratégico:

Objetivo 1: Garantia dos direitos da cidadania.
01 - Satisfação dos clientes externos - ORE
02 - Acesso à Justiça Eleitoral - STI
4.2 - Responsabilidade Social - CRS
Objetivo 2: Combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
Decisão RAE: Determinou que a CCIA, SJI e CRE criem um indicador de ordem administrativa que reflita a análise das contas eleitorais.
Objetivo 3: Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional
7 - Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos
8 - Índice de julgamento dos processos antigos
23 - SGQ - Tempo de tramitação de processos de aquisição/contratação de bens e serviços - SADOR
9 - Taxa de Congestionamento
Objetivo 4: Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral
15 - SGQ - Índice de cumprimento das metas do Sistema de Gestão da Qualidade - ASPEQ
- Índice de transparência do Poder Judiciário
Objetivo 5: Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
- Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE)
Objetivo 6: Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
- Custo por Eleitor
- Execução do Plano de Contratações
Objetivo 7: Fortalecimento da governança

27 - Execução da estratégia SUBSTITUIR por Percentual de cumprimento das metas do PETRE
- Índice de Governança (i-Gov)
- Índice de Execução do Planejamento Integrado das Eleições
06 - Cumprimento das recomendações expedidas pela CCIA - CCIA
26 - Maturidade em gestão de riscos - CCIA
4.1 - Responsabilidade Ambiental SUBSTITUIR por Índice de Execução do PLS - NUGES
Objetivo 8: Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação
30 - Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

O glossário/descrição dos indicadores ora criados deverão ser apresentados na próxima RAE e/ou reunião do COGETIC para aprovação, bem como a sugestão de meta.

Objetivo 6 - Programa de Gestão e outros projetos

6.1 Programa de Gestão

Foi apresentado o relatório consolidado do andamento dos projetos do Programa de Gestão 2017-2019 na forma do anexo VI (evento 1095928)

O programa de gestão 2017-19 está com 95,83% cumprido/executado.

Após análise do relatório foram aprovados os seguintes Termos de encerramento de projeto (TEP):

Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Planejar, realizar, gerenciar e avaliar as Eleições 2018, de forma integrada (Secretaria e Zonas Eleitorais).	ASPEQ	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI 0014388-12.2017.6.27.8000, evento 1093523)
Ofertar Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública	SGP	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI 0023807-56.2017.6.27.8000, evento 1029298)
Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal	STI	100%	13ª RAE – TEP APROVADO (SEI 0023834-39.2017.6.27.8000, evento 1021417)

A STI solicitou **cancelamento** dos Módulos “Diárias e Passagens” do projeto Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação (SEI 0023833-

54.2017.6.27.8000, evento 1035227)

Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação.	STI	100%	13ª RAE 10.5.2019 - Solicita cancelamento dos Módulos "Diárias e Passagens" APROVADO

6.2 Outros projetos

6.2.1 Roda de conversa

Foi apresentado o projeto da EJE – Roda de Conversa conforme segue (1065975, SEI 0020839-70.2018.6.27.8080):

PRINCIPAIS QUESTIONAMENTOS	REQUISITO DE QUALIDADE NÃO ATENDIDO OU QUE PODE SER MELHORADO	PROJETO/AÇÃO EM ANDAMENTO	PROCESSO DO SGQ
Fake News	Confiança	1.Criação do comitê permanente de combate à desinformação.	Comunicação
Acessibilidade (Registro das dificuldades dos eleitores nos locais de votação)	Atendimento Acessibilidade		Comissão de acessibilidade
Mesários (Abordagem e informação quanto aos direitos da pessoa com deficiência, nome social)	Atendimento		Gestão de pessoas
Transparência/Dados abertos (dados sobre eleitores com direitos políticos suspensos)	Transparência		Comunicação - Ouvidoria
Tecnologia da informação/ Comunicação (dúvida sobre programas para funcionamento da UE,	Transparência Segurança	1. Divulgação do Trabalho em tempo real	Infraestrutura tecnológica Votação

motivos para as UE's serem questionadas, extração de dados ao final da votação, possibilidade hackers, voto impresso)		2. Divulgar a confiabilidade da urna eletrônica 3.Criação do comitê permanente de combate à desinformação.	Apuração Comunicação
Direitos humanos Contrassenso entre democracia e direitos humanos. Fala-se de democracia, mas se a pessoa quer ter o direito de não votar é penalizado. Como tratar desse assunto em direitos humanos?	-	-	-
Inovação Existe a possibilidade (estudos) para simplificar o processo eleitoral, realizar ao mesmo tempo eleições gerais e municipais, com vistas à diminuição de custos? Possibilidade de substituição do teclado por touch screen Voto impresso	-	-	Votação Infraestrutura Tecnológica

O projeto “Roda de Conversa” teve como produto um relatório consolidado pela ASPEQ, com o enquadramento das questões levantadas pelos acadêmicos nos requisitos da qualidade do TRE. Restou decidido que a unidade deverá dar conhecimento aos setores diretamente envolvidos, com vista a prestarem informação sobre a existência de algum projeto ou plano de ação que contemple a dúvida do público-alvo, com vistas à implementação de melhorias, se pertinentes.

6.2.2 Projetos da avaliação das eleições 2016

Iniciativa/Projeto	Responsável	% Execução	Observação
Prosa e Café	ASCOM	100%	13ª RAE – TEP APROVADO - Termo de Encerramento SEI 0020034-03.2017.6.27.8000 Evento 1051549

6.2.3 Projetos da avaliação das eleições 2018

Foi APROVADO unificação dos projetos Central de Assessoria Jurídica para Juízes da SJI com o Núcleo de apoio processual à ZE, após PJE, da SGP (SEI 0003556-46.2019.6.27.8000).

6.2.4 Projeto Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins

Foi APROVADO o TEP - Termo de Encerramento do Projeto Acesso das Forças de Segurança nas Aldeias (SEI 0004186-39.2018.6.27.8000)

7. Demandas do Comitê de Priorização do 1º grau (SEI 0015912-15.2015.6.27.8000)

- Sugerir implantação da norma ISO 9001 nas Zonas Eleitorais, a iniciar pela 29ª ZE/TO (Ação a ser iniciada em abril/2019 na 29ª ZE).

DECISÃO 13ª RAE:

1. Ficou decidido que os procedimentos do processo de “Atendimento ao Eleitor (28ª ZE)”, atualmente certificado na 28ª ZE, devem ser implantados em todos os Cartórios Eleitorais do Estado, não somente na 29ª ZE. Após a implantação e verificação se o procedimento está sendo seguido por todos, deve-se atualizar a descrição do processo no escopo do Sistema de Gestão da Qualidade para “Atendimento ao Eleitor” de forma que nas auditorias do sistema qualquer cartório eleitoral do estado possa ser auditado.
2. Quanto à implantação da norma ISO 9001 nas Zonas Eleitorais, decidiu-se que a ASPEQ deve fazer um estudo quanto à viabilidade técnica e financeira.

- Implementação do DNI na 29ª ZE/TO e demais Zonas Eleitorais que desejarem (Ação a ser iniciada em abril/2019 na 29ª ZE).

DECISÃO 13ª RAE: A implantação da DNI pela Justiça Eleitoral está suspensa.

- Ação para descarte de arquivos físicos a partir da tabela de temporalidade, com apoio da Comissão de Descarte do TRE/TO, inclusive com a possibilidade de reciclagem (abrir um SEI específico e solicitar colaboração da servidora Maria Zita, bibliotecária).

Informação: Ação a ser realizada pelo Secretário do Comitê Gestor 1º Grau.

- Incluir a política de Inclusão Social dos Povos Indígenas no PETRE 2021/2026.

DECISÃO 13ª RAE: O projeto já se tornou permanente de acordo com a Resolução TRE nº 444/2019 (SEI n. 0001175-19.2019.6.27.8080).

- Iniciar um SEI tratando da substituição de Juízes Membros do Comitê

Informação: SEI 0003735-77.2019.6.27.8000 está tratando da matéria.

8. Metas do CNJ

Foi apresentado o desempenho das metas Nacionais e específicas em 2018 e as metas para 2019.

8.1 Resultado Metas Nacionais 2018

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

TRE-TO 100,5%

1º Grau – 100,4% e 2º Grau 100,8%)

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

% Julgamento – 98,91%

% Cumprimento – 109,9%

1º Grau – 109,3% e 2º Grau 100,9%

Responsáveis: CRE (1º Grau) e SJI (2º Grau)

8.2 Resultado Metas Específicas JE 2018**Meta 1 JE – Identificar e julgar processos prioritários**

Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias.

Responsáveis: CRE (1º Grau) e SJI (2º Grau)

1º Grau: 16,67% / 2º Grau: 7,89%

Resultado: Meta não cumprida

Meta 2 JE – Ações para educação eleitoral

Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

Responsável: EJE

Resultado – CUMPRIDO - 25.281 pessoas

8.3 Metas Nacionais para 2019

Foram apresentadas as metas para 2019 como segue:

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídos até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo

8.4 Metas Específicas 2019 - JE**Meta 1 JE – Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE)**

Implantar o processo judicial eletrônico (PJE) em unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.

Meta 2 JE – Ações para educação eleitoral

Promover ações voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.

9. Selo Justiça em Números

Foi informado que para a Justiça Eleitoral, serão necessários 825 pontos para alcançar o selo DIAMANTE e que o TRE-TO atualmente conta com aproximadamente 550 pontos, que alcança 67% e, portanto, atinge o selo BRONZE.

Foi informado também que existe uma comissão instituída para analisar e buscar soluções para melhorar esta pontuação (SEI 0002057-27.2019.6.27.8000)

O Selo Justiça em Números será concedido obedecendo às seguintes faixas de pontuação:

I – Selo diamante: 90% a 100% da pontuação máxima;

II – Selo ouro: 80% a 89,9% da pontuação máxima;

III – Selo prata: 70% a 79,9% da pontuação máxima;

IV – Selo bronze: 50% a 69,9% da pontuação máxima.

10. Planejamento das Eleições 2020 (tema acessibilidade e calendário de reuniões)

10.1 Incluir tema Acessibilidade no planejamento das eleições

(SEI 0023855-78.2018.6.27.8000, evento 1019889)

Item	Deliberação da Comissão de Acessibilidade
Inclusão do tema acessibilidade na oficina de avaliação das eleições 2018	Incluir o tema acessibilidade no planejamento das eleições, notadamente nos processos relativos a atendimento externo. Responsáveis ASPEQ\ASPLAN.

DECISÃO 13ª RAE: Nos encontros de elaboração do planejamento integrado das eleições 2020 procurar tratar desse tema.

10.2 Validação calendário - Planejamento das Eleições 2020 - Calendário de reuniões por processos SEI 0003579-89.2019.6.27.8000 (evento 1090936)

Foi colocada a pauta que será tratada no Planejamento das Eleições:

- 1) Revisão das atividades/tarefas lançadas no PADLOG 2, em razão da duplicação da base de dados de eleição similar;
- 2) Revisão dos riscos em cada processo, utilizando-se o módulo de riscos no sistema Padlog 2;
- 3) Revisão dos indicadores dos processos.

DECISÃO 13ª RAE: Foi aprovado o calendário apresentado (evento 1090936), sendo que a comissão poderá adequá-lo, caso necessário.

11. Alterações no Plano de Contratações 2019

Foram aprovadas a inclusão das seguintes ações no Plano de Contratações conforme ANEXO V desta RAE (1095927):

- Ação de capacitação "Planejamento Estratégico Ágil". (SEI 0002851-48.2019.6.27.8000).
- Contratação de empresa para fornecimento de medalhas – (SEI 0001170-43.2019.6.27.8000).
- Contratação de treinamento continuado em programação e métodos ágeis, com tecnologias utilizadas pelo TRE-TO – SEI 0001484-86.2019.6.27.8000.
- Contratação de duas inscrições no evento Conferência de Data & Analytics 2019 – SEI 0005466-11.2019.6.27.8000

O COGETIC também autorizou separar o Grupo Administração do grupo Tecnologia da Informação (como anexos I e II ao Plano de Contratação)

ENCERRAMENTO

Não havendo mais nada a tratar, o Diretor-Geral novamente agradeceu o empenho, comprometimento e dedicação de todos. Com estas palavras deu por encerrada a reunião.

Ata elaborada por: José Atílio Beber

Supervisão: Renata de Sena Vieira



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MACHADO DOS SANTOS, Diretor Geral**, em 15/05/2019, às 18:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ATILIO BEBER, Assessor de Planejamento e Gestão**, em 15/05/2019, às 19:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MAURILIO LUIZ HOFFMANN DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 16/05/2019, às 09:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CECILIA MACHADO CATAPAN, Analista Judiciário / Assessoria Especial da Presidência**, em 16/05/2019, às 09:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TEODOMIRO FERNANDES AMORIM, Secretário de Administração e Orçamento**, em 16/05/2019, às 09:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE REGINA BOECHAT TOSE, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 16/05/2019, às 09:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA AVELAR LUCENA DE OLIVEIRA, Assessor de Planejamento e Gestão**, em 16/05/2019, às 09:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JADER BATISTA GONCALVES, Secretário de Tecnologia da Informação**, em 16/05/2019, às 10:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **EVA BANDEIRA BARROS, Assessora de Comunicação Social**,



Corporativa e Cerimonial, em 16/05/2019, às 10:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **REGINA BEZERRA DOS REIS, Secretário Judiciário e Gestão da Informação**, em 16/05/2019, às 10:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO JOSE HENRIQUES DE ARAUJO, Coordenador**, em 16/05/2019, às 10:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IVALDO DE MENEZES TACHO JUNIOR, Analista Judiciário**, em 16/05/2019, às 11:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULHIERME MARKUS EMILIO PERES DA CUNHA, Assessor de Planejamento e Gestão**, em 16/05/2019, às 11:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JACINTA BRITO TAVARES, Coordenadora de Controle Interno e Auditoria**, em 16/05/2019, às 12:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DIAS SANTIAGO, Coordenador**, em 16/05/2019, às 12:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA HELENA DIAS DOS SANTOS, Assessor de Pesquisa, Estratégica e Gestão da Qualidade**, em 16/05/2019, às 12:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA DE SENA VIEIRA, Técnico Judiciário**, em 16/05/2019, às 13:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA PEREIRA LIMA, Assistente**, em 16/05/2019, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNA CRISTIANE RIBEIRO, Assessor de Planejamento e Gestão**, em 16/05/2019, às 14:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE BORGES DOS SANTOS, Estagiário**, em 16/05/2019, às 14:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSUE BATISTA DE OLIVEIRA, Oficial de Gabinete**, em 16/05/2019, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TERESA CRISTINA DA SILVA DE OLIVEIRA, Analista Judiciário**, em 16/05/2019, às 19:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código



verificador **1096819** e o código CRC **6FB24777**.